

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2022

DENOMINAÇÃO CECAJUVI - CENTRO CONVIVIO APOIO À
JUVENTUDE E IDOSOS STª LEOCÁDIA

MORADA Largo da Liberdade

N. 3422 ANDAR LOCALIDADE Sta. Leocádia

FREGUESIA Sta. Leocádia

CONCELHO Baião

COD. POSTAL 4640-440

EM 1/1

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Baião 06 de Maio, 2023

Baião 25 de Maio, 2023

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 504374397
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2022	31-dez-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	320 928,82	282 620,46
Investimentos financeiros	11.1	3 492,39	3 124,61
		324 421,21	285 745,07
Ativo corrente			
Créditos a receber	11.3	5 285,61	5 380,68
Estado e outros entes públicos	11.9	2 283,57	3 569,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membro	11.2	984,00	1 416,00
Diferimentos	11.5	581,56	660,40
Outros ativos correntes	11.4	58 156,39	4 745,29
Caixa e depósitos bancários	11.6	75 905,51	16 445,72
		143 196,64	32 217,70
Total do ativo		467 617,85	317 962,77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	5 617,21	5 617,21
Resultados transitados	11.7	85 349,02	54 428,58
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	290 735,38	180 800,00
		381 701,61	240 845,79
Resultado líquido do período		48 074,96	30 920,44
Total dos fundos patrimoniais		429 776,57	271 766,23
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	8 466,65	16 376,70
Estado e outros entes públicos	11.9	5 927,65	4 981,65
Financiamentos obtidos	5	0,00	8 287,03
Diferimentos	11.5	5 564,62	36,00
Outros passivos correntes	11.10	17 882,36	16 515,16
		37 841,28	46 196,54
Total do passivo		37 841,28	46 196,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		467 617,85	317 962,77

A Direção




O Contabilista Certificado



CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 504374397

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	7	97 207,62	77 283,45
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 11.11	172 250,96	132 588,17
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-1 089,98	-612,51
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-87 402,30	-62 781,59
Gastos com o pessoal	9	-121 216,33	-106 625,20
Outros rendimentos	11.13	5 442,03	5 468,68
Outros gastos	11.14	-97,58	-160,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		65 094,42	45 160,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-16 979,89	-14 123,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48 114,53	31 037,33
Juros e gastos similares suportados	11.15	-39,57	-116,89
Resultados antes de impostos		48 074,96	30 920,44
Resultado líquido do período		48 074,96	30 920,44

A Direção








O Contabilista Certificado



Entidade:CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 504374397

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Cedência Instalações/ Viatura/Colaboradores	Centro Dia	SAD	PERÍODOS	
					2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	51 648,76	26 427,49	19 131,37	97 207,62	77 283,45
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-17 082,40	-49 997,62	-90 531,97	-157 611,99	-131 198,02
Resultado Bruto		34 566,36	-23 570,13	-71 400,60	-60 404,37	-53 914,57
Outros Rendimentos	8/11.11/11.13	0,00	62 918,45	114 774,54	177 682,99	138 056,85
Gastos administrativos	4/11.12	-7 079,87	-21 688,35	-40 298,29	-69 076,51	-52 944,30
Outros Gastos	11.14	0,00	-34,14	-63,44	-97,58	-160,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27 486,49	17 615,83	3 012,21	48 114,53	31 037,33
Gastos de financiamento (líquidos)	11.15	0,00	-13,85	-25,72	-39,57	-116,89
Resultado antes de impostos		27 486,49	17 601,98	2 986,49	48 074,96	30 920,44
Resultado líquido do período		27 486,49	17 601,98	2 986,49	48 074,96	30 920,44

Handwritten signatures of the accounting officer, the president, and the treasurer.

CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		105 760,20	82 368,81
Pagamentos a fornecedores		-96 919,07	-87 699,80
Pagamentos ao pessoal		-80 494,63	-64 324,05
Caixa gerada pelas operações		-71 653,50	-69 655,04
Outros recebimentos/pagamentos		200 692,52	90 994,84
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		129 039,02	21 339,80
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-64 619,13	-16 286,24
Investimentos financeiros		0,00	-361,89
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-64 619,13	-16 648,13
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		3 656,74	1 309,78
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-8 287,03	-12 891,69
Juros e gastos similares		-41,15	-1 491,06
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-4 671,44	-13 072,97
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		59 748,45	-8 381,30
Caixa e seus equivalentes no início do período		16 445,72	24 827,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.6	75 905,51	16 445,72

A Direção






O Contabilista Certificado



CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos

Anexo

Demonstrações Financeiras

2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Custos de Empréstimos Obtidos	11
6	Inventários	12
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	15
11.3	Créditos a receber	15
11.4	Outros ativos correntes	15
11.5	Diferimentos	15
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.7	Fundos Patrimoniais	16
11.8	Fornecedores	16
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.10	Outros passivos correntes	16
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.12	Fornecimentos e serviços externos	17
11.13	Outros rendimentos	17
11.14	Outros gastos	17
11.15	Resultados Financeiros	17
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
11.17	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A “CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” registada na Direção Geral de Segurança Social, no livro nº 8 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 42/00, a fls. 46 verso, com sede em Largo da Liberdade, 3422, Sta. Leocádia - Baião. Tem os seguintes objetivos:

- Apoiar a infância, disponibilizando instalações e serviços adequados às diferentes respostas sociais, consoante as necessidades das populações do território de intervenção do Centro;
- Proteger a terceira idade, através do Centro de Dia, Centro de Convívio, Centro de Noite e a disponibilização de Serviço de Apoio Domiciliário aos idosos e inválidos;
- Combater a pobreza, apoiando principalmente crianças e os jovens residentes em zonas socioeconómicas mais carenciadas, população adulta e terceira idade, com serviços de cantina comunitária, centro de atividade socioeducativa e intervenção comunitária;
- Desenvolver iniciativas no âmbito da formação profissional;
- Promover atividades recreativas, culturais, desportivas e similares;
- Intervir em quaisquer outras áreas de ação social e solidariedade social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Edifícios e outras construções	394.551,90				394.551,90
Equipamento Básico	95.380,20	336,65			95.716,85
Equipamento de Transporte	73.149,42				73.149,42
Equipamento Administrativo	2.942,75				2.942,75
Equipamento Informático	4.872,43				4.872,43
Ativo Tangível Bruto	570.896,70	336,65	0,00	0,00	571.233,35
Investimentos em curso	0,00	54.951,60			54.951,60
Investimentos em curso	0,00	54.951,60	0,00	0,00	54.951,60
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	140.291,54	8.700,30			148.991,84
Equipamento Básico	80.201,24	3.434,52			83.635,76
Equipamento de Transporte	60.499,42	4.600,00			65.099,42
Equipamento Administrativo	2.942,75				2.942,75
Equipamento Informático	4.341,29	245,07			4.586,36
Depreciações Acumuladas	288.276,24	16.979,89	0,00	0,00	305.256,13
Ativo Tangível Líquido	282.620,46	38.308,36	0,00	0,00	320.928,82

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	8.287,03	0,00	8.287,03
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	8.287,03	0,00	8.287,03

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	612,51	0,00	0,00	1.089,98	0,00	0,00
Total	0,00	612,51	0,00	0,00	1.089,98	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				612,51			1.089,98

A instituição não apresenta inventário de géneros alimentares, uma vez que as refeições são fornecidas por uma empresa de catering (Uniself, Lda.), registadas na conta 621-Subcontratos.

7 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	97.207,62	77.283,45
Quotas de utilizadores	44.889,86	32.184,99
Quotas e joias	669,00	1.280,00
Cedência de Instalações/Viatura/Colaborador	51.648,76	43.818,46
Outros Réditos	0,00	0,00
Total	97.207,62	77.283,45

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2022			31-12-2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	121.845,50	0,00	0,00	109.691,44
ISS, IP – Medidas Apoio COVID-19	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.110,80
C M Baião	Não reembolsável	0,00	0,00	42.807,60	0,00	0,00	11.988,15
J F Santa Leocádia e Mesquinhata	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	3.269,12	0,00	0,00	6.650,00
IAPMEI	Não reembolsável	0,00	0,00	672,00	0,00	0,00	338,00
FSS (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	132.000,00	0,00	4.000,00	136.000,00	0,00	4.000,00
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	43.500,00	0,00	1.300,00	44.800,00	0,00	1.300,00
TOTAL		175.500,00	0,00	173.894,22	180.800,00	0,00	136.578,39

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram de “11”. No final de 2022 foram eleitos Órgãos para o quadriénio 2023/2026, com a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Victor Manuel Ferreira Pinto;

1ª Secretária – Olga Maria Azevedo Miranda Caetano;

2ª Secretária – José Vieira.

Direção

Presidente – José Manuel Vieira Ribeiro;

Vice-Presidente – Luís Miguel da Silva Pereira;

Secretária – Maria Albertina Pereira Vieira;

Tesoureira – Armando Joaquim Monteiro Vieira;

Vogal – António Pereira Carneiro.

Conselho Fiscal

Presidente – Eduardo Lopes Gomes;

1º Vogal – Cecília Maria Pereira de Matos;

2ª Vogal – Adriano Augusto Cerqueira Correia Pereira.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2022 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Manutenção de viaturas	50

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foram de “9” e em 31/12/2022 foram de “10”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	89.463,28	86.733,62
Indemnizações	423,00	199,50
Encargos sobre as Remunerações	21.501,16	17.681,12
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.498,42	1.327,21
Outros Gastos com o Pessoal	751,75	638,75
Outros – IEFEP – Estágios / CEI / CEI+	7.578,72	0,00
Total	121.216,33	106.625,20

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos noutras empresas	1.250,00	1.250,00
Outros Investimentos Financeiros	2.242,39	1.874,61
Fundo Compensação do Trabalho	2.242,39	1.874,61
Total	3.492,39	3.124,61

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Quotas associados	984,00	1.416,00
Total	984,00	1.416,00

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a receber” está desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	2.309,88
Utentes	5.285,61	3.070,80
Total	5.285,61	5.380,68

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinham, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	4.586,48	1.420,29
Entidades Setor Público Administrativo	53.569,91	3.325,00
Total	58.156,39	4.745,29

11.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	581,56	660,40
Total	581,56	660,40
Rendimentos a Reconhecer		
ISS, IP - Dotação	5.528,62	0,00
Quotas	36,00	36,00
Total	5.564,62	36,00

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	12.342,86	10.148,87
Depósitos à ordem	63.562,65	6.296,85
Total	75.905,51	16.445,72

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5.617,21	0,00	0,00	5.617,21
Resultados transitados	54.428,58	30.920,44	0,00	85.349,02
Outras variações nos fundos patrimoniais	180.800,00	115.235,38	5.300,00	290.735,38
Total	240.845,79	146.155,82	5.300,00	381.701,61

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	8.466,65	16.376,70
Total	8.466,65	16.376,70

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.283,57	3.569,61
Total	2.283,57	3.569,61
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.089,16	2.606,19
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	390,00	340,00
Segurança Social	2.419,10	1.999,25
Fundo Compensação do Trabalho	29,39	36,21
Total	5.927,65	4.981,65

11.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	17.882,36	0,00	16.515,16
Total	0,00	17.882,36	0,00	16.515,16

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios das Entidades Públicas	168.594,22	131.278,39
Doações e heranças - Donativos	3.656,74	1.309,78
Total	172.250,96	132.588,17

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	35.305,68	23.960,31
Serviços especializados	17.055,54	10.387,77
Materiais	2.583,40	3.172,54
Energia e fluidos	25.096,20	19.712,54
Deslocações, estadas e transportes	0,00	33,85
Serviços diversos	7.071,41	5.380,46
Encargos com utentes	290,07	134,12
Total	87.402,30	62.781,59

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Rendimentos e Ganhos	5.442,03	5.468,68
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,83	0,00
Outros rendimentos e ganhos	5.441,20	5.468,68
Juros e Rendimentos Similares	0,00	0,00
Total	5.442,03	5.468,68

11.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1,58	4,65
Outros Gastos e Perdas	96,00	156,00
Total	97,58	160,65

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	39,57	116,89
Total	39,57	116,89
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-39,57	-116,89

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2022, foi a seguinte:

Centro de Dia – 27 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 21 utentes.

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Leocádia, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção

